



MUNICÍPIO DE FLORESTA DO ARAGUAIA
PREFEITURA DE FLORESTA DO ARAGUAIA
EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Termo de Referência

Nº 010/2026/SMECD

(Base legal: Lei federal nº 14.133/2021)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR OBRA DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NO MUNICÍPIO DE FLORESTA DO ARAGUAIA – PA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº010/2026-SMECD

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CLASSIFICAÇÃO DA OBRA E DEFINIÇÃO DO OBJETO:

1.1. A presente obra foi classificada como obra comum de engenharia, considerando que sua concepção, métodos construtivos e soluções técnicas são amplamente padronizados e consolidados no setor da construção civil.

1.2. A construção da Quadra Poliesportiva em pauta seguirá integralmente o Projeto Básico de Engenharia elaborado pela equipe técnica responsável, observando as normas técnicas da ABNT e demais regulamentos aplicáveis. Trata-se de obra cuja concepção e execução se baseiam em soluções amplamente conhecidas e dominadas pelo setor, sem qualquer necessidade de inovação tecnológica ou métodos construtivos diferenciados.

1.3. Todos os elementos construtivos adotados, desde as fundações até a cobertura, utilizam técnicas correntes no mercado nacional, tais como estruturas em concreto armado, piso esportivo em concreto com pintura demarcatória, cobertura metálica, fechamento lateral em alambrado e instalações elétricas típicas de edificações públicas de pequeno porte. Os materiais, componentes e padrões de desempenho encontram-se claramente definidos no Projeto Básico, memorial descritivo, planilhas orçamentárias e demais especificações técnicas que integram este processo, permitindo objetividade na definição do escopo da contratação.

1.4. O grau de padronização e a simplicidade técnica da solução adotada permitem que a execução seja realizada por ampla gama de empresas do setor, não exigindo especialização técnica extraordinária. Não há elementos construtivos especiais nem desafios técnicos fora do padrão usual das obras públicas de pequeno e médio porte.

1.5. Diante desse cenário, a contratação enquadra-se, de forma plenamente justificada, como obra comum de engenharia, conforme definição prevista na Lei nº 14.133/2021.

1.6. O objeto da licitação consiste na contratação de empresa de engenharia especializada para a execução da obra de construção de Quadra Poliesportiva coberta, a ser implantada no Município de Floresta do Araguaia/PA, em área pública previamente definida pela Administração Municipal, em conformidade com o Projeto Básico e os demais documentos técnicos que integram este processo.

1.7. A obra será executada integralmente em conformidade com o Projeto Básico aprovado, vedadas alterações que descaracterizem o escopo técnico definido, salvo mediante autorização formal da Administração, devidamente justificada.

1.8. A contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 680/2023 e pelas demais normas aplicáveis à matéria, observando os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, isonomia, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2. VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO:

2.1. O prazo de execução será de 300 (trezentos) dias corridos, contados a partir do 10º dia útil da emissão da Ordem de Serviço pela Administração.

2.2. O prazo de vigência contratual será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados a partir da data de sua assinatura, abrangendo a execução, os prazos legais de recebimento provisório e definitivo, e eventuais ajustes administrativos.

2.3. Esta contratação poderá ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. CUSTO ESTIMADO:

3.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 552.337,51 (quinhentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos), conforme orçamento consolidado constante nas peças técnicas que integram o presente processo

3.2. A estimativa foi elaborada com base em composições de custos unitários provenientes de bases oficiais, especialmente o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI (Pará, data-base vigente à época da elaboração do orçamento), bem como composições próprias compatibilizadas com as especificações do Projeto Básico, conforme demonstrado na planilha orçamentária analítica anexa ao processo.

4. FUNDAMENTO E JUSTIFICATIVA ACERCA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópicos específicos dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

5. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO:

5.1. A empresa executora será selecionada por meio da realização de processo licitatório na modalidade Concorrência, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento de menor preço global, conforme orçamento estimado constante nas peças técnicas que integram o processo.

5.2. A condução do certame observará os critérios objetivos definidos no Edital, em estrita conformidade com as normas e princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, transparência, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

5.3. O regime de execução adotado será o de empreitada por preço global, nos termos do art. 6º e art. 46 da Lei nº 14.133/2021, considerando a existência de Projeto Básico

completo, com definição clara de quantitativos e orçamento detalhado, o que assegura maior previsibilidade contratual e controle da execução.

6. LOCAL DA OBRA:

6.1. O local para realização da obra será nas coordenadas geográficas: Latitude: -7.55810 e Longitude: -49.70006, em Floresta do Araguaia – PA.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (INCISO XXV DO ART. 6º DA LEI FEDERAL Nº14.133/21):

8.1. O tipo da contratação se trata de obra de engenharia, de natureza não continuada, caracterizada como contratação por escopo predefinido, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, destinada à execução da obra de construção da Quadra Poliesportiva coberta.

8.2. Padrões Mínimos de Qualidade:

8.2.1. Segurança Estrutural: A estrutura deverá ser segura, resistente e executada conforme as normas técnicas da ABNT aplicáveis, garantindo estabilidade, durabilidade e desempenho adequado. Deverá ainda atender às regulamentações de segurança e às exigências do Corpo de Bombeiros, quando aplicável.

8.2.2. Deverão ser utilizados materiais novos, adequados e em conformidade com as especificações técnicas do Projeto Básico, atendendo às normas técnicas vigentes.

8.2.3. Boas Práticas de Construção:

I - É também de responsabilidade da CONTRATADA manter a higiene das instalações no local da obra;

II - Deverá dispor de todos os meios necessários para garantir a segurança de seus empregados e de terceiros nas áreas de execução da obra;

II - Todos os operários deverão estar devidamente uniformizados, identificados e equipados com Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), conforme normas de segurança do trabalho.

8.3. Em situações de grave e iminente risco, a FISCALIZAÇÃO poderá paralisar a obra total ou parcialmente sem, contudo, deixar de ser contado o prazo de execução da obra.

8.4. Da Subcontratação:

8.4.1. Conforme autoriza o art. 122, da Lei nº 14.133/2021, será admitida a subcontratação parcial do objeto, limitada a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, observadas as seguintes condições:

8.4.1.1. É vedada a subcontratação de empresas que tenham participado da presente licitação, com o objetivo de preservar a isonomia entre os licitantes e prevenir conluíus, simulação de competitividade e distorções no julgamento das propostas.

8.4.1.2. A subcontratação dependerá de autorização prévia e expressa da Administração contratante, que avaliará a capacidade técnica e jurídica da empresa subcontratada, especialmente quanto à compatibilidade com os requisitos de qualificação exigidos para a execução da parcela a ser delegada.

8.4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, a contratada permanecerá integralmente responsável pela perfeita execução do objeto, incumbindo-lhe supervisionar e coordenar as atividades da subcontratada, bem como responder, perante a Administração, pelo rigoroso cumprimento de todas as obrigações contratuais relativas às parcelas subcontratadas.

8.4.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

8.5. Da garantia contratual:

8.6. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

8.6.1. Será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

8.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

8.7.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

8.7.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

8.7.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

8.7.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

8.7.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

8.8. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica, com correção monetária.

8.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

8.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

8.11. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

8.11.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

8.12. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

8.12.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

8.12.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

8.12.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

8.13. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

8.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

8.15. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

8.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

8.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

8.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

8.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

8.18.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

8.18.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

8.19. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

8.19.1. Considerando tratar-se de contratação para execução de obra de engenharia por escopo determinado, a liberação da garantia contratual ficará condicionada ao recebimento definitivo do objeto e à comprovação de que a Contratada cumpriu integralmente todas as obrigações contratuais, inclusive aquelas de natureza trabalhista, previdenciária e fundiária eventualmente incidentes sobre a execução da obra, nos termos da legislação vigente. Caso sejam identificadas pendências trabalhistas ou previdenciárias decorrentes da execução contratual, a Administração poderá reter total ou parcialmente a garantia até a regularização da situação, observando-se o devido processo administrativo e a ampla defesa.

8.19.2. A liberação da garantia contratual ficará condicionada à comprovação, pela Contratada, do cumprimento integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias eventualmente incidentes sobre a execução da obra, mediante apresentação da documentação pertinente, quando exigida pela fiscalização;

8.19.3. Verificada a existência de obrigações trabalhistas ou previdenciárias não adimplidas pela Contratada, relacionadas à execução do contrato, a Administração poderá utilizar total ou parcialmente o valor da garantia para assegurar o pagamento das verbas devidas, observado o devido processo administrativo e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8.20. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

8.21. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

8.22. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência, sob a forma eletrônica, conforme disposto nos arts. 28, 32, 37 e 39 da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Será adotado o critério de julgamento de menor preço, na forma de empreitada por preço global, nos termos do art. 33, inciso I, da referida Lei, considerando-se o valor total

ofertado para a execução integral da obra, conforme definido no Projeto Básico e nas planilhas orçamentárias anexas.

10. DA PROPOSTA DE PREÇO:

10.1. A proposta adequada a ser apresentada pela arrematante deverá ser confeccionada em papel timbrado da licitante, tendo como base a planilha descritiva e orçamentária fornecida pela Administração e levados também em consideração critérios objetivos definidos no Edital, que não deverão contrariar as normas e princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/21.

10.1.1. Na planilha, o licitante poderá propor o seu próprio BDI, assim como seus próprios preços unitários sem, contudo, ultrapassar os limites máximos previstos nas planilhas básicas adotadas, tanto relativas a seus preços unitários, quanto ao valor total previsto da planilha.

10.2. Não serão aceitas propostas de preços opcionais ou condicionais, sendo desconsideradas as propostas que contiverem emendas, rasuras, entrelinhas, ressalvas, borrões ou espaços em branco, que possam suscitar dúvidas, especialmente em se tratando de valores, assim como serão desconsideradas as propostas que não atenderem a qualquer exigência contida no presente Termo de Referência e no Edital de Licitação.

10.3. A licitante deverá observar os preços máximos, bem como o quantitativo e serviços previstos na Planilha Orçamentária deste documento, sob pena de desclassificação da proposta.

10.4. Nos preços propostos e apresentados na Planilha Orçamentária pela licitante, deverão estar computados todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração da obra.

10.5. Apresentar o orçamento detalhado com a composição do custo de cada atividade, sob pena de desclassificação da proposta, a qual deverá ser preenchida de acordo com as informações dispostas em anexo a esse Termo de Referência. Não serão permitidas alterações de descrições, unidades e quantidades de serviços.

10.6. Para fins de composição do preço, a licitante deverá considerar os custos com recursos humanos e com recursos materiais e serviços suficientes e adequados para execução de cada atividade descrita na planilha de referência.

10.7. Apresentar a Composição de Encargos Sociais e Trabalhistas e Previdenciários, adequadas à política salarial de utilização de mão-de-obra. Os preços propostos deverão remunerar os custos necessários à perfeita execução da obra.

10.8. Apresentar a Composição de BDI utilizada pela licitante, conforme recomendações TCU.

10.9. Nas composições de custos unitários não serão admitidos a supressão total ou parcial dos encargos complementares, nem ultrapassar o valor de referência.

10.10. A proposta deverá ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de sua apresentação.

10.11. Nas divergências entre valores grafados em algarismo e por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

10.12. Com base no art. 33, inciso I, e nos arts. 59 e 60 da Lei nº 14.133/2021, e considerando a necessidade de assegurar a vantajosidade, a legalidade e a viabilidade das propostas apresentadas, serão adotados os seguintes critérios objetivos para julgamento e análise de exequibilidade e sobrepreço:

10.12.1. A análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

10.12.1.1. A caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

10.12.1.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

10.12.1.2.1. Na hipótese do caput, o agente de contratação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, em atenção ao disposto no §2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

10.12.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, inclusive nas propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, ou, ainda, em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

10.13. Por se tratar de obra de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

10.14. Da Vistoria Prévia ao Local da Obra

10.14.1. A avaliação prévia do local de execução da obra é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia.

10.14.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

10.14.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

10.14.4. A vistoria deverá ser programada pelo licitante, junto ao Departamento de Engenharia da Secretaria Municipal de Administração, localizada na sede da Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1962, Centro, CEP: 68.543-000, ou pelo e-mail: depconvenio2021@gmail.com, de Segunda a Sexta-Feira, em dias de efetivo expediente no órgão, no horário de 08h00mm as 12h00mm, com antecedência mínima de 03 (três) dias, que antecedem a abertura da licitação.

10.14.5. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.14.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da execução da obra, devendo o contratado assumir os ônus da obra decorrentes.

10.15. Da Garantia da Proposta

10.15.1. Conforme o estabelecido no artigo 58, § 1º da Lei Federal n.º 14.133/2021, como requisito de pré-habilitação o licitante deverá apresentar no momento do cadastramento da proposta, o comprovante da garantia da proposta no importe de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, que deverá estar em nome da Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia/PA, e possuir validade mínima correspondente à validade da proposta.

10.15.2. O licitante deverá apresentar, comprovante da referida garantia da proposta sob uma das modalidades, nos termos do § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021:

10.15.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

10.15.2.2. Seguro-garantia;

10.15.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

10.15.3. Em caso de caução em dinheiro, deverá ser depositado na seguinte conta: Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia. Banco do Brasil. Agência 1941-0. Conta Corrente 45060- x.

10.15.4. Caso venha a ser exigida no Edital a prestação de garantia de proposta, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, esta será devolvida aos licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato pelo licitante vencedor ou da data em que for declarada fracassada ou revogada a licitação.

10.15.5. Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

10.15.6. Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme a disposição deste item inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

Exigências de habilitação

10.16. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.17. Habilitação Jurídica:

I – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

II – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

III – Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.18. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:

I – Inscrição cadastro nacional de pessoas jurídica (CNPJ);

II – Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal;

III – Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante;

IV – Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS; V – Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

VI – Declaração de ausência de trabalhadores menores de 16 anos (salvo aprendizes) e de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos (art. 7º, inc. XXXIII da CF).

10.19. Qualificação Técnica:

I – Apresentação de profissional, registrado no conselho profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes;

II – Certidões ou atestados (Deverá(ão) constar, preferencialmente, no(s) atestado(s) de capacidade técnica ou na(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA e/ou CAU, em destaque, os seguintes dados: data de início e término das obras; local de execução; nome do contratante e da pessoa jurídica contratada; nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA e/ou CAU; especificações técnicas dos serviços e os quantitativos executados), emitidos pelo conselho profissional, que demonstrem capacidade operacional na execução da obra similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como avaliações da Administração em contratos administrativos anteriores;

III – Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV – Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial (quando for o caso);

V – Registro ou inscrição na entidade profissional;

VI – Relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição da disponibilidade do pessoal técnico referidos nos incisos I e III deste item (art. 67, § 8º da Lei 14.133/2021).

VII - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Quanto à capacitação técnico-profissional:

I – A capacitação técnica do(s) profissional(is) será(ão) atestada(s) mediante a apresentação de Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) pelo CREA/CAU, acompanhada(s) das respectivas ARTs/RRTs, que comprove(m) a execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, conforme art. 67, §1º e §2º da Lei nº 14.133/2021.

II – Para a presente contratação, deverão ser comprovados, no mínimo, os seguintes serviços, correspondentes aos subitens da planilha orçamentária cujo valor individual é igual ou superior a 4% do valor total da obra:

- Estrutura metálica para cobertura de quadra/galpão, compreendendo fabricação, fornecimento e montagem de estrutura metálica com tesouras, terças e elementos de sustentação;
- Telhamento em telha metálica (aço/alumínio), incluindo fornecimento, instalação e içamento;
- Execução de alambrado para quadra poliesportiva, estruturado com tubos galvanizados e tela metálica;
- Execução de piso em concreto para quadra esportiva, incluindo lastro, concretagem, acabamento e pintura demarcatória.

III – A Certidão de Acervo Técnico – CAT será exigida dos profissionais legalmente habilitados (Engenheiro Civil e/ou Arquiteto), que atuarão como responsáveis técnicos pela execução da obra.

IV – Os profissionais indicados deverão participar da execução do objeto, admitindo-se substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, mediante aprovação da Administração.

Quanto à capacitação técnico-operacional da licitante:

I – A capacitação técnico-operacional será comprovada mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva CAT do profissional responsável técnico, que comprove(m) a aptidão para execução de obra compatível em características, quantidades e prazos com o objeto.

II – A licitante deverá comprovar a execução de serviços correspondentes às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da obra, nas seguintes quantidades mínimas:

- Estrutura metálica para cobertura de quadra/galpão: mínimo de 50% do quantitativo previsto em planilha;
- Telhamento em telha metálica (aço/alumínio): mínimo de 50% do quantitativo previsto;
- Alambrado para quadra poliesportiva: mínimo de 50% do quantitativo previsto;
- Piso em concreto para quadra esportiva: mínimo de 50% do quantitativo previsto.

Os itens acima foram definidos com base na planilha orçamentária, considerando aqueles cujo valor individual representa percentual igual ou superior a 4% do valor total da obra. A definição das parcelas de maior relevância técnica observou critérios de materialidade, complexidade e risco para a execução da obra, conforme orientação do Tribunal de Contas da União (TCU).

10.20. Qualificação Econômico-financeira:

I – Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

II - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

III - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (2023 e 2024), comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 0,5% do valor total estimado da parcela pertinente;

Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped;

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

11.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

11.2. Durante a execução da obra todos os materiais a serem empregados serão novos, comprovadamente de primeira linha, de qualidade extra ou superior e certificados pelo INMETRO e NBR, sendo rejeitados os classificados como linha popular ou Econômica.

11.3. O período para execução da obra será, em regra, de segunda a sexta-feira das 07h às 17h, contudo, considerando a natureza do serviço ou impossibilidade de execução no período mencionado, a pedido da contratada para eventual cumprimento do prazo, os serviços poderão ser executados nos finais de semana, feriados ou no período noturno, mediante autorização do contratante, a critério do gestor/fiscal, sem ônus para a administração.

11.4. A CONTRATADA deverá executar a obra e serviços em conformidade com os projetos fornecidos e/ou aprovados pela CONTRATANTE e observar as especificações de serviços e materiais, bem como o cronograma físico-financeiro.

11.5. A FISCALIZAÇÃO poderá autorizar o emprego de materiais ou equipamentos que apresentem a mesma qualidade técnica, desempenham idêntica função construtiva e as mesmas especificações exigidas dos materiais ou equipamentos especificados. Ou seja, o material ou equipamento deverá ser análogo ou equivalente totalmente ao originalmente especificado, analogia total ou equivalência. Porém, a FISCALIZAÇÃO poderá exigir de qualquer material empregado no serviço o “Certificado de Conformidade”, expedido pelo INMETRO e o teste ou ensaio normalizado pela ABNT. Deverão ser apresentadas amostras do material análogo, similar ou equivalente para aprovação.

11.6. Todas as imperfeições decorrentes da execução dos serviços deverão ser corrigidas pela CONTRATADA, sem qualquer acréscimo a ser pago pela CONTRATANTE.

11.7. Qualquer paralisação deve ser comunicada de imediato ao Fiscal de Contrato, assim como apresentados os motivos por escrito.

11.8. A CONTRATADA manterá no canteiro, Diário de Obras, com o registro das alterações de projetos e/ou especificações que acaso venham a ocorrer.

11.9. É de competência da CONTRATADA, registrar, no diário de obras, todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução, devendo a Fiscalização, neste mesmo diário, confirmar ou retificar o registro.

11.10. A execução dos serviços será iniciada após emissão da Ordem de Serviço que será emitida pela Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia/ Departamento de projeto / Engenharia, cujas etapas observarão o cronograma físico financeiro:

11.10.1. Conforme previsto no Cronograma Físico Financeiro o prazo par a execução do objeto da contratação será de 300(trezentos) dias.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

12.1. Rotinas de Fiscalização Contratual:

12.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e às normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, caput).

12.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 115, §5º).

12.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.1.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.1.7. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

12.1.8. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

12.1.9. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

12.1.10. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

13.1. Critérios de Avaliação: A avaliação da execução do objeto utilizará o Boletim de Medição (BM), Memória de Cálculo e Relatório Fotográfico, de acordo com os termos a seguir:

13.1.1. Parcelas mensais (intervalo mínimo de 30 dias corridos) com valor mínimo de 5% do valor da obra;

13.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

13.1.2.1. Não produza os resultados acordados;

13.1.2.2. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou,

13.1.2.3. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.1.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.1.4. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da execução da obra realizada.

13.1.5. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da execução da obra.

13.1.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução da obra deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.2. Do Reajuste Contratual

13.2.1. O Contrato deverá ser reajustado após o prazo decorrido de 12 (doze) meses com data-base vinculada à data do orçamento estimado conforme estabelecido no artigo. 92, § 3º da nova Lei das Licitações (Lei 14.133/2021).

13.2.2. Deverá ser utilizado como base o Índice Nacional de Custo da Construção Civil, INCC - DI fornecido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

13.3. Do Recebimento e Aceitação do Objeto

13.3.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha orçamentária, memória de cálculo detalhada e relatório fotográfico.

13.3.2. As obras e serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo fiscal do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133).

13.3.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da execução da obra a que se refere a parcela a ser paga.

13.3.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da execução da obra realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

13.3.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.3.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, pelo gestor ou por comissão designada pela autoridade, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

13.3.7. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

13.3.8. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

13.3.9. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

13.3.10. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

13.3.11. Enviar a documentação pertinente ao setor de contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

13.3.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertencer à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.3.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

13.3.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ética- profissional pela perfeita execução do contrato.

13.4. Da Liquidação

13.4.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

13.4.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) descrição dos serviços;
- f) o valor a pagar; e
- g) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

13.4.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária do contratado, mediante apresentação das certidões pertinentes ou por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.4.5. Constatando-se situação de irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou apresente justificativa, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.4.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.4.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.4.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação quanto à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária,

observado o devido processo administrativo e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Do Prazo de Pagamento

13.5.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.5.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.5.3. O pagamento decorrente da execução da obra, objeto deste Projeto, será efetuado em até 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal/fatura, devidamente acompanhada das certidões de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Seguridade social e Regularidade Trabalhista vigente.

13.5.4. A liberação do pagamento da primeira fatura ficará condicionada a:

13.5.5. Apresentação, pela Contratada, do comprovante de inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) na Receita Federal para fins previdenciários.

13.6. Retenção na fonte do ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), incidentes sobre a obra ou a prestação do serviço, se for o caso.

13.7. A liberação dos demais pagamentos ficará condicionada à apresentação mensal, pela Contratada, das guias de recolhimento, comprovando o pagamento dos tributos e contribuições sociais a seguir referidos: do INSS (Seguridade Social) e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

14. DA ANÁLISE DE RISCOS:

14.1. A análise de riscos da contratação encontra-se contemplada no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que fundamenta este Termo de Referência, em conformidade com o art. 18, da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O ETP identifica os riscos relevantes à execução contratual, suas causas e respectivas estratégias de mitigação, conforme exigido na fase de planejamento da contratação.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos oriundos da **Proposta nº 042858/2025**, celebrada junto ao **Ministério do Esporte**, destinada à execução do objeto **“Construção de Quadra Poliesportiva no Município de Floresta do Araguaia/PA”**.

O valor total previsto para a execução do empreendimento corresponde ao montante estimado no Projeto Básico de Engenharia, no valor de **R\$ 552.337,51 (quinhentos e cinquenta e dois mil, trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos)**.

A composição dos recursos destinados à execução da obra será realizada da seguinte forma:

- **R\$ 472.463,05** provenientes de **repasse da União**, por meio do Ministério do Esporte;
- **R\$ 79.874,46** referentes à **contrapartida financeira do Município de Floresta do Araguaia**, conforme declaração formal de disponibilidade orçamentária emitida pela Administração Municipal.

15.2. Os recursos destinados à execução do objeto encontram-se consignados na **Lei Orçamentária Anual – LOA do Município**, na seguinte dotação orçamentária:

- **Órgão:** 11 – Prefeitura Municipal de Floresta do Araguaia;
- **Unidade Orçamentária:** 1105 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- **Projeto / Atividade:** 1.027 – Construção de Quadras e/ou Ginásio Poliesportivo;
- **Natureza da Despesa:** 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

15.3. O valor estimado da obra foi apurado pela equipe técnica de engenharia do Município, com base em composições de custos provenientes de tabelas oficiais de referência, tais como SINAPI, SEDOP, SBC e ORSE, acrescidas do BDI correspondente, conforme planilha orçamentária e memorial de cálculo que integram o Projeto Básico de Engenharia.

15.4. Considerando que a execução da obra poderá ocorrer ao longo de mais de um exercício financeiro, a Administração assegurará a devida previsão orçamentária nos exercícios subsequentes, quando necessário, garantindo a disponibilidade de recursos suficientes para a integral execução do objeto, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei nº 14.133/2021.

16. DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. Todos os serviços, serão executados sob responsabilidade direta e exclusiva da Contratada, resguardada a responsabilidade técnica dos profissionais envolvidos em cada atividade.

16.2. A entrega do serviço não exime a Contratada, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato, e por força das disposições legais em vigor no Código Civil Brasileiro.

16.3. A Contratada deverá providenciar toda e qualquer documentação necessária à execução da obra.

16.4. As obras e serviços objeto deste Projeto deverão ser executados em sua integralidade pela Contratada, compreendendo a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, até a sua entrega, atendidos os requisitos técnicos, ambientais e legais para

sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas à finalidade para a qual foram contratadas.

16.5. Ao final da obra deverá ser providenciado, pela Contratada: Projeto ASBUILT da Obra, laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando a obra, alvará de "habite- se" emitida pela Prefeitura, certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis e a baixa da ART e/ou RRT de todos os envolvidos, junto ao CREA e/ou CAU em cuja jurisdição for exercida a atividade, entregando à Fiscalização da Contratante toda a documentação referente a essas providências.

16.6. As obras e os serviços executados pela Contratada encontram-se especificados nos ANEXOS, constituindo-se partes integrantes deste documento, que demonstram a visão global dos investimentos necessários e as definições quanto aos níveis de serviço que deverão ser atendidos.

17. APÊNDICES:

APÊNDICE I: Estudo Técnico Preliminar – ETP.

18. ANEXOS:

ANEXO I - Projeto Executivo.

Floresta do Araguaia - PA, 23 de fevereiro de 2026.

Elaborado por:

Enéas Campista Madeira
Matrícula nº 11026
Membro da Equipe de Planejamento de Compras
Decreto nº 040/2025-GAB

Lucas Oliveira Dantas
Engenheiro Civil
CREA nº 886058/D-PA

Aprovado por:

Majorri Cerqueira da Silva Aquino Santiago
Prefeita Municipal